



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br



Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

f/SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX nº 5059 – 08 abril de 2015

Terceirização é um risco para o Brasil

A Câmara Federal está prestes a aprovar projeto de lei que regulamenta a terceirização em todas as atividades. Muita gente não sabe, mas o trabalhador que se preocupa com o FGTS, 13º salário, adicional de férias e Previdência Social deve ficar de olhos abertos e engrossar o coro contra a prática. A terceirização acaba com a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), legislação que garante ao trabalhador o mínimo de direitos.

Nem mesmo a ditadura civil-militar (1964-1985), período marcado por perdas, perseguições, torturas e assassinatos, atacou os trabalhadores dessa maneira.

Pelo contrário, criou o FGTS, que garante ao assalariado economias para usar em caso de emergência e até realizar o sonho da casa própria. Se o/a trabalhador/a analisar, chegará a conclusão de que o argumento do empresariado atualmente não difere nem um pouco do utilizado pelos donos de escravos, em 1888. Dizia-se que o fim da escravidão geraria custos e retrocesso para a economia. Pois bem. Hoje, o argumento é de que o atual modelo impede a geração de emprego e atrasa o desenvolvimento.

De acordo com os dados da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), desde 1995, em 1.724 operações, 47 mil trabalhadores foram resgatados de trabalho análogo à escravidão. Apesar de os casos terem sido flagrados em terceirizadas, o Ministério Público do Trabalho pode responsabilizar as grandes empresas graças a uma decisão do TST (Tribunal Superior do Trabalho), que garante a responsabilidade sobre os trabalhadores terceirizados na atividade-fim.

Os mais de 45 milhões de trabalhadores com carteira assinada no Brasil têm direitos que os 13 milhões dos terceirizados não têm. Ganham, em média, 27% a mais. Têm férias garantidas. Seguro-desemprego e 13º salário. Portanto, não é exagero afirmar que a terceirização não traz benefício algum para a maioria dos brasileiros.

A votação do projeto que libera a terceirização fraudulenta deve acontecer hoje (08/04). As bancadas do PMDB, PSDB, PSD, PR, DEM, Solidariedade, PPS, PV, PHS e parte do PSB foram a favor dos empresários, contra os direitos dos trabalhadores. Somente as bancadas do PT, PRB, PDT, PCdoB, Pros, Psol e da base governista manifestaram-se contra a urgência, deixando claro que a regulamentação da terceirização precisa ser mais bem debatida para que direitos trabalhistas duramente conquistados não sejam jogados por terra.

Na votação nominal, deputados presentes em plenário, 316 votaram a favor do regime de urgência, 166 contra e três abstenções, o que dá uma ideia de como deve ser a sessão desta quarta, quando começa a ser analisado o PL 4330 em sessão extraordinária.

Milhares de trabalhadores reuniram-se em Brasília para protestar contra o PL 4330 e foram recebidos com truculência por policiais e proibidos de acompanhar a votação das galerias da Câmara. Os diretores do SindBancários Petrópolis, Augusto Quintela, Claudia Marisa e Conrado Klippel, estão em Brasília participando da manifestação contra a votação do PL da terceirização e da precarização dos direitos dos trabalhadores.

Contraf-CUT questiona gastos dos bancos em segurança

A Contraf-CUT questiona o valor de gastos em segurança que os bancos divulgaram em reportagem de capa publicada na segunda-feira (06/04) pelo jornal Valor Econômico. Segundo a notícia, "o aumento de ataques criminosos a agências bancárias e caixas eletrônicos levou os bancos instalados no país a investir, em conjunto, R\$ 9 bilhões no ano passado para tentar combater o problema". Mas, esse número não bate com o valor apurado pelo Dieese na análise dos balanços dos bancos. Segundo o estudo feito com os cinco maiores bancos (Itaú Unibanco, BB, Bradesco, Caixa e Santander), os bancos registraram despesas de segurança e vigilância de R\$ 3,7 bilhões em 2014, o que representa média de 6,1% em comparação com os lucros de R\$ 60,3 bilhões no mesmo período.

A diferença entre tais valores já havia sido levantada durante a rodada de negociação sobre segurança bancária na Campanha Nacional dos Bancários 2014. O representante dos bancos discordou dos dados apurados pelo Dieese. O presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro, propôs que fosse marcada uma reunião para que técnicos da Fenaban e do Dieese confrontassem os números. A Fenaban não deu resposta até hoje.

A reportagem aponta que ultimamente, a maior preocupação é com a explosão de caixas eletrônicos com dinamite. Não existem estatísticas nacionais públicas sobre explosão de caixas eletrônicos. Mas, sob a condição de não terem seus nomes revelados, grandes bancos de varejo do país dão indícios da gravidade do problema. Um deles relatou que no ano passado teve 1.400 caixas eletrônicos explodidos. Outro contabilizou 600 máquinas destruídas com dinamites. Um terceiro banco sofreu 166 ataques a ATMs, sendo 90 com explosivos.

